



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 (90011/2026)

PREÂMBULO

Contratante (UASG)	MUNICÍPIO DE ARATUÍPE (983345)
Processo administrativo nº	143/2026 (30/04/2026)
Fundamento Legal	Lei Federal nº. 14.133/2021 e Decretos Municipais nºs 050/2022, 115/2023 e 122/2023.
Objeto	Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de decoração junina, compreendendo instalação, manutenção corretiva e desmontagem, durante o período de realização dos festejos juninos no Município de Aratuípe, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no edital e seus anexos.
Valor total estimado da Contratação	R\$ 335.507,65 (trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sete reais e sessenta e cinco centavos)
Data e horário da sessão pública	Dia 28/05/2026 às 11h (horário de Brasília)
Local de realização	https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp
Critério de Julgamento	Menor preço global por LOTE
Modo de disputa	Aberto/Fechado
Regime de Execução	Indireta por preço unitário
Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS	NÃO
Pregoeira	Lorrane Gleice Souza Santana Ribeiro
O Edital completo poderá ser adquirido no endereço eletrônico https://www.aratuípe.ba.gov.br/Site/Licitacoes , a partir da data de sua publicação. Informações ou dúvidas podem ser dirimidas por meio do e-mail copelaratuípe@gmail.com ou pelo telefone (75) 3199-9457	

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

- 1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 1.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial **no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**
- 1.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por email no seguinte endereço eletrônico: copelaratuípe@gmail.com
- 1.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 1.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 1.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

MUNICÍPIO DE ARATUÍPE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 (Processo Administrativo nº143/2026)

Torna-se público que o Município de Aratuípe, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.796.073/0001-83, sediado na Rua Dr. João Martins, 01, Centro, Aratuípe, Bahia, por meio de sua Agente de Contratação, aqui designada como Pregoeira, nomeada pela Portaria GP nº 001/2025, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), dos Decretos municipais de nºs 050/2022, 115/2023 e 122/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de decoração junina, compreendendo instalação, manutenção corretiva e desmontagem, durante o período de realização dos festejos juninos no Município de Aratuípe, mediante condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será por lote único composto por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para o lote e para todos os itens que o compõem, cujos preços unitários dos itens, após à fase de lances e reformulação da proposta final, não poderão ser superiores aos estimados pela Administração Pública, conforme Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. valor unitário dos itens e total do lote (grupo);
 - 5.1.2. marca para os itens do lote (grupo) que não sejam de produção própria;
 - 5.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade prevista para o item.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação do item.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Será desclassificada a proposta eletrônica que identifique o licitante.

6.3.1. Considera-se proposta de preço eletrônica mencionada no item 6.3, o preenchimento, após a divulgação do edital e antes da abertura da sessão pública, dos campos próprios constantes no sistema Comprasnet.

6.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: **“ABERTO E FECHADO”**.
- 6.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

- 6.21.1. Tratando-se de licitação em grupo (lote), a contratação posterior de item específico do grupo (lote) exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade
- 6.21.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo
- 6.21.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.21.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.21.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.21.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.21.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 do Decreto Municipal nº 122, de 06 de novembro de 2023](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por meio digital ou por cópia autenticada por cartório ou por membro da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aratuípe.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. A habilitação será verificada mediante apresentação dos documentos exigidos no Termo de Referência anexo a esse edital.
- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 03 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.12. A exigência dos documentos de habilitação previstos no Termo de Referência somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.
- 8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal 050/2022 alterado pelo Decreto Municipal 115/2023.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de até 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.aratuipe.ba.gov.br/Site/Licitacoes>

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (**dez**) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta do Município de Aratuípe, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º do Decreto Municipal nº 017, de 2025.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Aratuípe, Bahia.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por email no seguinte endereço eletrônico: copelaratuípe@gmail.com

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.11.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 14.11.3. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preço
- 14.11.4. ANEXO III – Minuta de Contrato
- 14.11.5. ANEXO IV– Modelo de Declaração Unificada
- 14.11.6. ANEXO V – Modelo de Proposta

Aratuípe, Bahia, 13 de maio de 2026.

Antonio Marcos Araújo de Souza
Autoridade Competente



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. OBJETIVO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços, incluindo a confecção, locação de objetos de decoração junina, cumulado com a instalação das peças de ornamentação nas ruas, praças e palco para os festejos juninos do Município de Aratuípe - BA, bem como a manutenção corretiva e desmontagem das peças, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	V. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	BALÕES JUNINOS TAMANHOS DIVERSOS COM SUPORTE PARA LUMINÁRIA.	UNID	70	293,83	20.568,10
02	CAVALO MECANICO LS. CARRETA COM 10M DE COMPRIMENTO, 2.20M DE LARGURA E 3.60M DE ALTURA E COM 2 EIXOS. COBERTURA DE LONA ANTICHAMAS, 8 CAIXAS LINE, 12X15X1 TITANIUM CADA CAIXA, AMPLIFICADOR COM 4 CANAIS MESA DE 12 CANAIS, 2 MONITORES COM 8 CANAIS DE FONE ATIVO, 6 MOVIES 6R BIM 16 PARLET 1 GERADOR DE 80 KVA, 10 PEDESTAIS 12 MICROFONES COM FIO, 2 MICROFONES SEM FIO TESTEIRA DE ACM COM DECORAÇÃO JUNINA. APRESENTAÇÕES DE FORRÓ NA CIDADE	DIÁRIA	01	32.987,50	32.987,50
03	CHAPÉU DE PALHA. TAMANHOS M E G, PARA ORNAMENTAÇÃO.	UNID	100	23,45	2.345,00
04	CONFECÇÃO DE PORTAL EM MADEIRA, PARA ORNAMENTAÇÃO DAS ENTRADAS AOS ESPAÇOS ONDE ACONTECERÃO OS EVENTOS JUNINOS. (TAMANHO 8MX4M).	SERV.	02	6.462,50	12.925,00
05	ESTEIRA DE PALHA TABOA. TAM. 1,55M X 0,90M	UNID	50	88,94	4.447,00
06	FAIXA EM LONA 1X4 PARA ENTRADA DO CIRCUITO.	UNID	01	647,13	647,13
07	FARDO DE FENO QUADRADO DE 13 A 15KG.	UNID	50	44,56	2.228,00



Prefeitura Municipal de Aratuípe

Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia

CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

08	FLORES TEMÁTICAS EM MATERIAL EMBORRACHADO PARA ORNAMENTAÇÃO.	UNID	200	22,16	4.432,00
09	FOGUEIRA DE MADEIRA TAMANHO. TAMANHO 02 METROS PARA ORNAMENTAÇÃO, COM FOGO ARTIFICIAL FEITO COM ILUMINAÇÃO E PAPEL CELOFANE.	UNID	04	2.548,91	10.195,64
10	Igrejas temáticas com os temas Santo Antônio, São João e São Pedro	UNID	03	6.902,31	20.706,93
11	INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM VILA JUNINA CENOGRÁFICA COM CASAS COM PORTAS E JANELAS PARA ABERTURA, MEDINDO 3,00 METROS COMPRIMENTO X 2,50 METROS ALTURA, CONFECCIONADO EM COMPENSADO NAVAL COM ESTRUTURA DE MADEIRA, PINTURA COM TINTA ACRÍLICA.	UNID	20	3.525,13	70.502,60
12	INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE BANDEIROLAS TIPO VARAL RETO EM 6 METROS DE BANDEIROLAS, MATERIAL PLÁSTICO VINIL, MEDINDO 32 CM X 24 CM, COLORIDAS, COSTURADAS EM FITILHO DE POLIÉSTER RESISTENTE, ESPAÇAMENTO DE 15CM, TENCIONADAS POR CABOS DE AÇO NO MÍNIMO 3/32 DE ESPESSURA, ENCAPADO, ACOPLADOS EM EUCALIPTOS, MEDINDO 6,00 METROS A 7,00 METROS DE ALTURA X 10 A 12 MM DE DIÂMETRO, CHUMBADO 1,00 M DE PROFUNDIDADE, REVESTIDO COM CHITÃO, LOCAIS DEFINIDOS PELA SECRETARIA DE CULTURA.	M²	9.000	9,35	84.150,00
13	PAINEL FOTOGRÁFICO ADULTO E INFANTIL 2,50MX1,80M 1,50MX1,50M (MÓVEL)	UNID	10	988,75	9.887,50
14	PALETES EM MADEIRA, MEDINDO 1,20MX1,10M	UNID	50	37,53	1.876,50
15	PEÇAS DECORATIVAS TEMÁTICAS JUNINAS. BONECOS DECORADOS EM TECIDO COM ESTAMPAS VARIADAS, CHAPÉU DE PALHA E ADEREÇOS JUNINOS. TAMANHO 04 METROS.	UNID	15	2.926,51	43.897,65



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

16	PENEIRAS ENFEITADAS TIPOS BONECAS. TAMANHOS P, M E G.	UNID	50	127,66	6.383,00
17	SACO DE LINHAGEM PARA ORNAMENTAÇÃO.	UNID	30	26,17	785,10
18	TECIDO CHITA CHITÃO ALGODÃO, 1,40M COM ESTAMPAS EM CARACTERÍSTICAS JUNINAS.	METRO	300	21,81	6.543,00
TOTAL					335.507,65

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 050, de 24 de novembro de 2022.
- 1.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal 14.133/2021. Caso seja formalizado contrato, este terá o prazo de vigência de 90 (noventa) dias contados de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 335.507,65 (trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sete reais e sessenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

- 2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

- 4.1. Para a execução adequada dos serviços objeto desta contratação, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

Qualificação Técnica

- Apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem experiência na realização de serviços similares em natureza e complexidade.
- Apresentar portfólio ou registros fotográficos de decorações realizadas anteriormente, preferencialmente com temática junina.

Capacidade Operacional

- Comprovar que dispõe de equipe técnica e operacional habilitada, composta por profissionais com experiência comprovada em montagem e instalação de estruturas decorativas.
- Comprovar capacidade logística para atender simultaneamente os três locais indicados (Sede, Maragogipinho e Sapé), incluindo transporte e armazenamento adequado dos materiais.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

Documentação

- Apresentar certidões negativas (ou positivas com efeito de negativa) de débitos fiscais e trabalhistas conforme exigido pela legislação vigente;
- Comprovar regularidade jurídica e fiscal (CNPJ, contrato social, alvará de funcionamento, etc.);
- Apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou documento equivalente emitido por profissional habilitado (quando aplicável).

Materiais e Segurança

- Utilizar materiais novos, resistentes e de boa qualidade, adequados para uso em ambiente externo e sujeitos às condições climáticas;
- Garantir que os materiais e estruturas utilizadas não ofereçam risco à segurança de pedestres e transeuntes;
- Apresentar plano de segurança e cronograma de instalação e retirada.

Manutenção Corretiva

- Disponibilizar equipe de prontidão para atendimento de eventuais ocorrências, como queda de elementos decorativos, falhas na iluminação ou danos causados por intempéries, durante os 30 dias do contrato;
- Realizar os reparos no prazo máximo de **24 horas** após o comunicado da fiscalização municipal.

Responsabilidades Ambientais

- Garantir o descarte adequado dos resíduos e sobras após a desmontagem, respeitando a legislação ambiental vigente;
- Proibir o uso de materiais que contenham substâncias tóxicas ou poluentes.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

- 5.1. O prazo de entrega dos serviços é de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento expedida pela Secretaria Solicitante.
- 5.2. A execução dos serviços deverá contemplar o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, transporte, mão de obra qualificada e demais insumos necessários, garantindo a adequada ambientação temática dos espaços públicos definidos pela Administração Municipal.
 - 5.2.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os serviços serão efetuados nos lugares determinados.
- 5.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
 - 5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8. Deverá a empresa retirar toda a decoração, após o período do evento junino, às suas expensas, deixando os locais limpos no mesmo estado em que o receberam.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

- 6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços será de no mínimo, 30 (trinta) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 6.2. A garantia terá por objetivo assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, inclusive aquelas relativas à qualidade dos serviços prestados, à integridade das peças decorativas e à reparação de eventuais danos causados à Administração Pública ou a terceiros durante a execução dos serviços.
- 6.3. A garantia contratual deverá ter validade por prazo igual ou superior ao do contrato, prorrogável automaticamente em caso de eventuais aditamentos ou prorrogações contratuais.
- 6.4. A contratada deverá assegurar assistência técnica e manutenção corretiva durante todo o período de vigência do contrato, respondendo prontamente pela substituição ou correção de qualquer item defeituoso, danificado ou mal instalado, sem ônus adicional à Administração.
- 6.5. A manutenção deverá ser realizada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis a contar da notificação pela Administração, especialmente em casos que comprometam a segurança, a estética ou a funcionalidade das decorações juninas.
- 6.6. O não cumprimento das condições aqui estabelecidas implicará aplicação das penalidades previstas no contrato, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
 - 7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
 - 7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

7.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto aos Fiscos Municipal, Estadual e Federal e exigido o atesto pelo fiscal do contrato em relação à execução do objeto contratado.

7.10. Serão exigidos, ainda, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.13. A Administração deverá realizar consulta nos sites oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

8.14. Constatando-se, junto aos sites oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

9.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

9.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com os Fiscos Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação, caso não haja prazo de validade definido na certidão.

Qualificação Técnica

9.23. Atestado de capacidade técnica expedida por Órgão da Administração Pública ou Privada, comprovando que o licitante manteve ou mantém contrato para o fornecimento da mesma natureza desta licitação, contendo o grau de satisfação quanto ao nível de atendimento e qualidade.

9.23.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.23.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 335.534,65 (trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima e em anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Aratuípe.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão / Unidade:	02.08.000
Atividade	27.812.015.2016
Elemento da Despesa:	3.3.9.0.30.00.0000 - 3.3.9.0.39.00.0000
Fonte:	1500 - 1700

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Aratuípe, Bahia, 24 de abril de 2026.

Elzevir Barros Soares Neto
Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Turismo.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

APÊNDICE DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO	
I	<p>DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:</p> <p>Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de decoração junina, compreendendo instalação, manutenção corretiva e desmontagem, durante o período de realização dos festejos juninos no Município de Aratuípe.</p> <p>A presente contratação se faz necessária para atender à demanda da administração pública municipal de promover as tradicionais festividades juninas na sede do município de Aratuípe e nos distritos de Maragogipinho e Sapé (zona rural), eventos que fazem parte do calendário cultural e turístico do município.</p> <p>As festas juninas são manifestações populares profundamente enraizadas na cultura nordestina, que além de valorizar a identidade local, impulsionam a economia criativa, o comércio informal, o turismo regional e o sentimento de pertencimento da população. Para que esses eventos alcancem seu objetivo social e cultural, é essencial a ambientação adequada dos espaços públicos por meio de decoração temática, o que exige conhecimento técnico e logística específica, não disponíveis na estrutura da administração pública.</p> <p>A ausência de uma decoração temática adequada comprometeria a atratividade dos festejos, podendo resultar em baixo comparecimento da população e dos visitantes, reduzindo os benefícios econômicos e sociais esperados. Além disso, uma decoração mal executada ou improvisada poderia representar riscos à segurança pública ou danos ao patrimônio público.</p> <p>Dessa forma, a contratação de empresa especializada visa assegurar:</p> <ul style="list-style-type: none">• A ambientação festiva e segura dos espaços públicos;• A valorização do patrimônio cultural imaterial;• O fortalecimento da economia local por meio da geração de renda temporária;• A promoção do turismo sazonal no município;• O bem-estar da população e o fortalecimento dos vínculos comunitários. <p>Portanto, a contratação atende diretamente ao interesse público, uma vez que contribui para o desenvolvimento sociocultural do município, para a dinamização econômica e para o fortalecimento das tradições populares.</p>
II	<p>DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:</p> <p>Não se aplica, pois ainda não foi elaborado o Plano Anual de Contratações.</p>
III	<p>REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:</p> <p>Para a execução adequada dos serviços objeto desta contratação, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:</p> <p>Qualificação Técnica</p> <ul style="list-style-type: none">• Apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem experiência na realização de serviços similares em natureza e complexidade.• Apresentar portfólio ou registros fotográficos de decorações realizadas anteriormente, preferencialmente com temática junina. <p>Capacidade Operacional</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprovar que dispõe de equipe técnica e operacional habilitada, composta por profissionais com experiência comprovada em montagem e instalação de estruturas decorativas.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

	<ul style="list-style-type: none">• Comprovar capacidade logística para atender simultaneamente os três locais indicados (Sede, Maragogipinho e Sapé), incluindo transporte e armazenamento adequado dos materiais. <p>Documentação</p> <ul style="list-style-type: none">• Apresentar certidões negativas (ou positivas com efeito de negativa) de débitos fiscais e trabalhistas conforme exigido pela legislação vigente;• Comprovar regularidade jurídica e fiscal (CNPJ, contrato social, alvará de funcionamento, etc.);• Apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou documento equivalente emitido por profissional habilitado (quando aplicável). <p>Materiais e Segurança</p> <ul style="list-style-type: none">• Utilizar materiais novos, resistentes e de boa qualidade, adequados para uso em ambiente externo e sujeitos às condições climáticas;• Garantir que os materiais e estruturas utilizadas não ofereçam risco à segurança de pedestres e transeuntes;• Apresentar plano de segurança e cronograma de instalação e retirada. <p>Manutenção Corretiva</p> <ul style="list-style-type: none">• Disponibilizar equipe de prontidão para atendimento de eventuais ocorrências, como queda de elementos decorativos, falhas na iluminação ou danos causados por intempéries, durante os 30 dias do contrato;• Realizar os reparos no prazo máximo de 24 horas após o comunicado da fiscalização municipal. <p>Responsabilidades Ambientais</p> <ul style="list-style-type: none">• Garantir o descarte adequado dos resíduos e sobras após a desmontagem, respeitando a legislação ambiental vigente;• Proibir o uso de materiais que contenham substâncias tóxicas ou poluentes.												
IV	<p>ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA</p> <p>Realizar a estimativa das quantidades a serem contratadas deve ser acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.</p> <table><tr><th>ITEM</th><th>ESPECIFICAÇÃO</th><th>UNIDADE</th><th>QUANTIDADE</th></tr><tr><td>01</td><td>BALÕES JUNINOS TAMANHOS DIVERSOS COM SUPORTE PARA LUMINÁRIA.</td><td>UNID</td><td>70</td></tr><tr><td>02</td><td>CAVALO MECANICO LS. CARRETA COM 10M DE COMPRIMENTO, 2.20M DE LARGURA E 3.60M DE ALTURA E COM 2 EIXOS. COBERTURA DE LONA ANTICHAMAS, 8 CAIXAS LINE, 12X15X1 TITANIUM CADA CAIXA, AMPLIFICADOR COM 4 CANAIS MESA DE 12 CANAIS, 2 MONITORES COM 8 CANAIS DE FONE ATIVO, 6 MOVIES 6R BIM 16 PARLET 1 GERADOR DE 80 KVA. 10 PEDESTAIS</td><td>DIÁRIA</td><td>01</td></tr></table>	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	01	BALÕES JUNINOS TAMANHOS DIVERSOS COM SUPORTE PARA LUMINÁRIA.	UNID	70	02	CAVALO MECANICO LS. CARRETA COM 10M DE COMPRIMENTO, 2.20M DE LARGURA E 3.60M DE ALTURA E COM 2 EIXOS. COBERTURA DE LONA ANTICHAMAS, 8 CAIXAS LINE, 12X15X1 TITANIUM CADA CAIXA, AMPLIFICADOR COM 4 CANAIS MESA DE 12 CANAIS, 2 MONITORES COM 8 CANAIS DE FONE ATIVO, 6 MOVIES 6R BIM 16 PARLET 1 GERADOR DE 80 KVA. 10 PEDESTAIS	DIÁRIA	01
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE										
01	BALÕES JUNINOS TAMANHOS DIVERSOS COM SUPORTE PARA LUMINÁRIA.	UNID	70										
02	CAVALO MECANICO LS. CARRETA COM 10M DE COMPRIMENTO, 2.20M DE LARGURA E 3.60M DE ALTURA E COM 2 EIXOS. COBERTURA DE LONA ANTICHAMAS, 8 CAIXAS LINE, 12X15X1 TITANIUM CADA CAIXA, AMPLIFICADOR COM 4 CANAIS MESA DE 12 CANAIS, 2 MONITORES COM 8 CANAIS DE FONE ATIVO, 6 MOVIES 6R BIM 16 PARLET 1 GERADOR DE 80 KVA. 10 PEDESTAIS	DIÁRIA	01										



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

	12 MICROFONES COM FIO, 2 MICROFONES SEM FIO TESTEIRA DE ACM COM DECORAÇÃO JUNINA. APRESENTAÇÕES DE FORRÓ NA CIDADE			
03	CHAPÉU DE PALHA. TAMANHOS M E G, PARA ORNAMENTAÇÃO.	UNID	100	
04	CONFECÇÃO DE PORTAL EM MADEIRA, PARA ORNAMENTAÇÃO DAS ENTRADAS AOS ESPAÇOS ONDE ACONTECERÃO OS EVENTOS JUNINOS. (TAMANHO 8MX4M).	SERV.	02	
05	ESTEIRA DE PALHA TABOA. TAM. 1,55M X 0,90M	UNID	50	
06	FAIXA EM LONA 1X4 PARA ENTRADA DO CIRCUITO.	UNID	01	
07	FARDO DE FENO QUADRADO DE 13 A 15KG.	UNID	50	
08	FLORES TEMÁTICAS EM MATERIAL EMBORRACHADO PARA ORNAMENTAÇÃO.	UNID	200	
09	FOGUEIRA DE MADEIRA TAMANHO. TAMANHO 02 METROS PARA ORNAMENTAÇÃO, COM FOGO ARTIFICIAL FEITO COM ILUMINAÇÃO E PAPEL CELOFANE.	UNID	04	
10	Igrejas temáticas com os temas Santo Antônio, São João e São Pedro	UNID	03	
11	INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM VILA JUNINA CENOGRÁFICA COM CASAS COM PORTAS E JANELAS PARA ABERTURA, MEDINDO 3,00 METROS COMPRIMENTO X 2,50 METROS ALTURA, CONFECCIONADO EM COMPENSADO NAVAL COM ESTRUTURA DE MADEIRA, PINTURA COM TINTA ACRÍLICA.	UNID	20	
12	INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E	M²	9.000	



Prefeitura Municipal de Aratuípe

Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia

CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

	DESMONTAGEM DE BANDEIROLAS TIPO VARAL RETO EM 6 METROS DE BANDEIROLAS, MATERIAL PLÁSTICO VINIL, MEDINDO 32 CM X 24 CM, COLORIDAS, COSTURADAS EM FITILHO DE POLIÉSTER RESISTENTE, ESPAÇAMENTO DE 15CM, TENCIONADAS POR CABOS DE AÇO NO MÍNIMO 3/32 DE ESPESSURA, ENCAPADO, ACOPLADOS EM EUCALIPTOS, MEDINDO 6,00 METROS A 7,00 METROS DE ALTURA X 10 A 12 MM DE DIÂMETRO, CHUMBADO 1,00 M DE PROFUNDIDADE, REVESTIDO COM CHITÃO, LOCAIS DEFINIDOS PELA SECRETARIA DE CULTURA.			
13	PAINEL FOTOGRÁFICO ADULTO E INFANTIL 2,50MX1,80M 1,50MX1,50M (MÓVEL)	UNID	10	
14	PALETES EM MADEIRA, MEDINDO 1,20MX1,10M	UNID	50	
15	PEÇAS DECORATIVAS TEMÁTICAS JUNINAS. BONECOS DECORADOS EM TECIDO COM ESTAMPAS VARIADAS, CHAPÉU DE PALHA E ADEREÇOS JUNINOS. TAMANHO 04 METROS.	UNID	15	
16	PENEIRAS ENFEITADAS TIPOS BONECAS. TAMANHOS P, M E G.	UNID	50	
17	SACO DE LINHAGEM PARA ORNAMENTAÇÃO.	UNID	30	
18	TECIDO CHITA CHITÃO ALGODÃO, 1,40M COM ESTAMPAS EM CARACTERÍSTICAS JUNINAS.	METRO	300	



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

A definição das quantidades de materiais e serviços a serem contratados foi realizada com base em critérios técnicos, considerando dados concretos de **consumo e utilização em anos anteriores**, além de projeções fundamentadas em **fatores que influenciam diretamente a demanda**.

Base Histórica

A estimativa leva em consideração o histórico das festividades juninas realizadas nos anos anteriores (ex: 2022, 2023 e 2024), nos quais a prefeitura realizou eventos semelhantes com decoração nos mesmos locais (Sede de Aratuípe, Maragogipinho e Sapé). Foram analisadas as planilhas de contratações anteriores e os relatórios de execução dos contratos, o que permitiu identificar:

- Quantidade média de bandeirolas e itens decorativos por metro linear de rua decorada;
- Padrão de distribuição de elementos temáticos por praça pública e portal de entrada;
- Tempo médio de montagem, permanência e desmontagem dos itens decorativos.

Projeções para 2025

Para o ano de 2025, a estimativa foi ajustada considerando os seguintes fatores:

- **Ampliação das áreas decoradas**, com inclusão de novas vias e praças nos distritos, em razão do aumento da população e da extensão das festividades;
- **Previsão de aumento de público** com base em dados da Secretaria de Cultura e Turismo, indicando maior fluxo de visitantes regionais;
- **Necessidade de substituição** de estruturas antigas e defasadas que não estão mais disponíveis nos estoques da prefeitura;
- **Adequação às normas de segurança e acessibilidade**, o que exige maior quantidade de itens de sinalização, iluminação e estrutura reforçada.

Metodologia de Cálculo

A metodologia adotada considerou:

- Medição in loco das áreas a serem decoradas (em metros lineares e metros quadrados);
- Proporção de itens por área, conforme padrões estéticos e técnicos adotados em eventos anteriores;
- Acréscimo percentual de margem técnica para reposição e manutenção corretiva (estimado em 10%).

Com base nesses elementos, foram elaboradas planilhas de quantificação detalhadas por localidade, acompanhadas de croquis indicativos (quando disponíveis), assegurando que a quantidade estimada está **alinhada ao consumo real, à necessidade de reposição e às particularidades da edição de 2025** do evento.

V LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Para subsidiar a escolha da solução mais adequada e economicamente viável, foi realizado um levantamento de mercado por meio de:

- Consulta a **fornecedores locais e regionais** que atuam na área de decoração temática e eventos;



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

	<ul style="list-style-type: none">• Análise de contratações similares realizadas por outros municípios com porte populacional e territorial semelhante;• Pesquisa de preços praticados em anos anteriores para serviços de mesma natureza no âmbito da Prefeitura Municipal de Aratuípe;• Consulta a plataformas de compras públicas (como ComprasNet e PNCP) para verificação de contratos publicados com objeto similar. <p>Esse levantamento permitiu identificar uma faixa de preços praticados, os tipos de materiais mais comuns utilizados e as modalidades de execução predominantes no setor.</p> <p>Análise das Alternativas Possíveis</p> <p>Durante o levantamento, foram consideradas três principais alternativas para atender à demanda:</p> <p>a) Aquisição definitiva de materiais e execução com equipe própria:</p> <ul style="list-style-type: none">– Desvantagens: alto custo inicial com compra de materiais e contratação de equipe técnica especializada; necessidade de espaço para armazenamento dos itens fora do período de uso; inexistência de estrutura interna capacitada para montagem e manutenção; risco de obsolescência e deterioração dos materiais.– Conclusão: inviável do ponto de vista operacional e econômico. <p>b) Contratação apenas de mão de obra especializada, com materiais fornecidos pela prefeitura:</p> <ul style="list-style-type: none">– Desvantagens: necessidade de aquisição separada dos materiais, o que aumenta a complexidade administrativa e o risco de incompatibilidade entre materiais e execução; maior responsabilidade logística para o município.– Conclusão: operacionalmente mais complexa e com maior risco de ineficiência. <p>c) Locação com fornecimento de materiais, instalação, manutenção e retirada inclusas (modelo turn-key):</p> <ul style="list-style-type: none">– Vantagens: solução integrada; maior agilidade e controle; transferência de responsabilidade pela qualidade, segurança e durabilidade para o contratado; menor demanda de gestão operacional por parte da administração pública; economicamente viável conforme preços de mercado.– Conclusão: alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico. <p>Justificativa Técnica e Econômica da Solução Escolhida</p> <p>A contratação do serviço de locação integrada, com instalação, manutenção e retirada dos elementos decorativos, representa a melhor solução técnica e econômica pelos seguintes motivos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Redução de custos logísticos e operacionais para o município;• Maior eficiência na execução, com empresa especializada responsável por todo o ciclo do serviço;• Adequação à natureza temporária da festividade, sem necessidade de aquisição permanente de bens que ficariam ociosos o restante do ano;• Menor risco de perda de material, já que a responsabilidade de fornecimento e manutenção é do contratado;• Facilidade de fiscalização e controle, com base em metas claras de entrega e qualidade. <p>Dessa forma, a opção pela contratação em regime de locação com solução completa é a que melhor atende ao interesse público, equilibrando economicidade, qualidade, segurança e viabilidade prática.</p> <p>Para tanto, deverá ser realizada licitação, na modalidade de pregão eletrônico, por se tratar de serviços comuns e com diversas empresas no mercado capazes de executar o objeto demandado. Assim, em nome da impessoalidade e transparência, justifica-se a escolha por meio de processo licitatório. E, considerando que as quantidades estimadas poderão variar no momento da decoração, optou-se pela realização da licitação pelo Sistema de Registro de Preços.</p>
VI	ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO:



Prefeitura Municipal de Aratuípe

Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia

CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base no levantamento de preços de mercado, conforme determinado pela legislação vigente, utilizando as seguintes fontes:

- Pesquisas junto a **fornecedores do setor privado**;
- Valores praticados em **contratações públicas similares**, disponíveis em plataformas como o **ComprasNet, PNCP** e portais da transparência de outros municípios;
- Preços históricos pagos pela própria Prefeitura de Aratuípe em edições anteriores das festividades juninas.

Preços Unitários Referenciais e Memória de Cálculo

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	BALÕES JUNINOS TAMANHOS DIVERSOS COM SUPORTE PARA LUMINÁRIA.	UNID	70	293,83	20.568,10
02	CAVALO MECANICO LS. CARRETA COM 10M DE COMPRIMENTO, 2.20M DE LARGURA E 3.60M DE ALTURA E COM 2 EIXOS. COBERTURA DE LONA ANTICHAMAS, 8 CAIXAS LINE, 12X15X1 TITANIUM CADA CAIXA, AMPLIFICADOR COM 4 CANAIS MESA DE 12 CANAIS, 2 MONITORES COM 8 CANAIS DE FONE ATIVO, 6 MOVIES 6R BIM 16 PARLET 1 GERADOR DE 80 KVA, 10 PEDESTAIS 12 MICROFONES COM FIO, 2 MICROFONES SEM FIO TESTEIRA DE ACM COM DECORAÇÃO JUNINA. APRESENTAÇÕES DE FORRÓ NA CIDADE	DIÁRIA	01	32.987,50	32.987,50
03	CHAPÉU DE PALHA. TAMANHOS M E G, PARA ORNAMENTAÇÃO.	UNID	100	23,45	2.345,00
04	CONFEÇÃO DE PORTAL EM MADEIRA, PARA ORNAMENTAÇÃO DAS ENTRADAS AOS ESPAÇOS ONDE ACONTECERÃO OS EVENTOS JUNINOS. (TAMANHO 8MX4M).	SERV.	02	6.462,50	12.925,00



Prefeitura Municipal de Aratuípe

Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia

CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

05	ESTEIRA DE PALHA TABOA. TAM. 1,55M X 0,90M	UNID	50	88,94	4.447,00
06	FAIXA EM LONA 1X4 PARA ENTRADA DO CIRCUITO.	UNID	01	647,13	647,13
07	FARDO DE FENO QUADRADO DE 13 A 15KG.	UNID	50	44,56	2.228,00
08	FLORES TEMÁTICAS EM MATERIAL EMBORRACHADO PARA ORNAMENTAÇÃO.	UNID	200	22,16	4.432,00
09	FOGUEIRA DE MADEIRA TAMANHO. TAMANHO 02 METROS PARA ORNAMENTAÇÃO, COM FOGO ARTIFICIAL FEITO COM ILUMINAÇÃO E PAPEL CELOFANE.	UNID	04	2.548,91	10.195,64
10	Igrejas temáticas com os temas Santo Antônio, São João e São Pedro	UNID	03	6.902,31	20.706,93
11	INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM VILA JUNINA CENOGRÁFICA COM CASAS COM PORTAS E JANELAS PARA ABERTURA, MEDINDO 3,00 METROS COMPRIMENTO X 2,50 METROS ALTURA, CONFECCIONADO EM COMPENSADO NAVAL COM ESTRUTURA DE MADEIRA, PINTURA COM TINTA ACRÍLICA.	UNID	20	3.525,13	70.502,60
12	INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE BANDEIROLAS TIPO VARAL RETO EM 6 METROS DE BANDEIROLAS, MATERIAL PLÁSTICO VINIL, MEDINDO 32 CM X 24 CM, COLORIDAS, COSTURADAS EM FITILHO DE POLIÉSTER RESISTENTE, ESPAÇAMENTO DE 15CM,	M²	9.000	9,35	84.150,00



Prefeitura Municipal de Aratuípe

Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia

CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

	TENCIONADAS POR CABOS DE AÇO NO MÍNIMO 3/32 DE ESPESSURA, ENCAPADO, ACOPLADOS EM EUCALIPTOS, MEDINDO 6,00 METROS A 7,00 METROS DE ALTURA X 10 A 12 MM DE DIÂMETRO, CHUMBADO 1,00 M DE PROFUNDIDADE, REVESTIDO COM CHITÃO, LOCAIS DEFINIDOS PELA SECRETARIA DE CULTURA.				
13	PAINEL FOTOGRÁFICO ADULTO E INFANTIL 2,50MX1,80M 1,50MX1,50M (MÓVEL)	UNID	10	988,75	9.887,50
14	PALETES EM MADEIRA, MEDINDO 1,20MX1,10M	UNID	50	37,53	1.876,50
15	PEÇAS DECORATIVAS TEMÁTICAS JUNINAS. BONECOS DECORADOS EM TECIDO COM ESTAMPAS VARIADAS, CHAPÉU DE PALHA E ADEREÇOS JUNINOS. TAMANHO 04 METROS.	UNID	15	2.926,51	43.897,65
16	PENEIRAS ENFEITADAS TIPOS BONECAS. TAMANHOS P, M E G.	UNID	50	127,66	6.383,00
17	SACO DE LINHAGEM PARA ORNAMENTAÇÃO.	UNID	30	26,17	785,10
18	TECIDO CHITA CHITÃO ALGODÃO, 1,40M COM ESTAMPAS EM CARACTERÍSTICAS JUNINAS.	METRO	300	21,81	6.543,00
TOTAL					335.507,65



Prefeitura Municipal de Aratuípe

Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia

CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

	<p>Critérios Utilizados na Formação dos Preços</p> <ul style="list-style-type: none">• Valores médios obtidos por pesquisa direta com pelo menos três fornecedores do setor de eventos e decoração temática;• Atualização dos valores históricos com base no índice IPCA acumulado desde a última contratação;• Cotações obtidas via e-mail e telefone (documentos anexos);• Consideração de custo logístico regional, dado que os distritos ficam em áreas rurais de difícil acesso. <p>Sigilo da Estimativa</p> <p>Conforme permite o art. 24, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, a administração poderá optar por manter a estimativa de preços sob sigilo até a conclusão da fase de julgamento das propostas, com o objetivo de preservar a competitividade e a isonomia do certame. Porém, no presente caso, os preços estimados não serão sigilosos.</p> <p>Nesse caso, os documentos de suporte da estimativa, como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Pesquisas de preço originais;• Orçamentos de fornecedores;• Cópias de contratos de referência;• Memórias de cálculo detalhadas, poderão constar de anexo classificado, acessível apenas aos agentes públicos autorizados até o momento oportuno.
VII	<p>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:</p> <p>A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a locação, instalação, manutenção e retirada de decoração junina, abrangendo a sede do município de Aratuípe e os distritos de Maragogipinho e Sapé (zona rural). A solução contratada será fornecida em modelo completo (turn-key), no qual todos os serviços e materiais necessários para a execução do objeto serão de responsabilidade da contratada.</p> <p>Componentes da Solução Contratada</p> <p>A prestação do serviço incluirá, obrigatoriamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Fornecimento dos materiais decorativos, incluindo bandeirolas, balões, iluminação temática, portais e painéis juninos;• Transporte e logística dos materiais até os locais de instalação;• Montagem completa da decoração, de acordo com o cronograma e os projetos aprovados previamente;• Manutenção corretiva durante os 30 dias de duração do contrato, com reposição imediata de elementos danificados ou deteriorados;• Retirada completa da decoração, com desmontagem e limpeza dos locais utilizados. <p>Exigências Técnicas da Solução</p> <ul style="list-style-type: none">• Todos os materiais devem ser resistentes às intempéries, com qualidade mínima especificada no edital ou termo de referência;



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

- Os equipamentos de iluminação devem ser de **baixa tensão e com tecnologia LED**, visando segurança e eficiência energética;
- Os itens cenográficos devem possuir **estrutura firme**, com montagem que garanta a segurança dos usuários e a integridade do patrimônio público;
- A empresa deverá apresentar **croquis ou projeto visual** indicando os pontos de instalação antes do início da execução.

Manutenção e Assistência Técnica

Durante a vigência do contrato (30 dias), a contratada deverá:

- Manter equipe de **plantão técnico** disponível para **atendimento emergencial** em até 24 horas após notificação da administração municipal;
- Realizar **reparos, substituições e reposições** de quaisquer itens danificados, removidos por intempéries ou vandalismo, sem custos adicionais;
- Garantir a **integridade e funcionalidade** da decoração durante todo o período de exibição;
- Apresentar **plano de manutenção preventiva e corretiva** como parte da proposta técnica.

Ao final do período de exibição, a empresa será responsável por:

- Realizar a **retirada total dos elementos instalados**;
- Garantir a **restituição do espaço público nas mesmas condições encontradas**, mediante vistoria da fiscalização municipal;
- Promover o **descarte ambientalmente adequado** de materiais descartáveis ou danificados, conforme legislação ambiental vigente.

VIII JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação **não será parcelada**, tendo em vista a natureza integrada e interdependente dos serviços e materiais envolvidos na execução da decoração junina, o que caracteriza o objeto como **indivisível sob o ponto de vista técnico e operacional**.

Justificativa Técnica para Não Parcelar

A solução contratada compreende um conjunto de serviços e fornecimentos que precisam ocorrer de forma coordenada, contínua e simultânea, incluindo:

- Fornecimento de materiais (bandeiras, iluminação, painéis, balões, portais);
- Transporte até os três locais distintos;
- Instalação padronizada e conforme cronograma único;
- Manutenção corretiva contínua;
- Retirada final e limpeza dos locais.

Esses elementos exigem **padrão estético homogêneo, compatibilidade técnica e cronograma unificado de execução**, o que inviabiliza a contratação separada por itens ou grupos.

A eventual contratação de fornecedores distintos para cada etapa (materiais, montagem, manutenção, retirada, etc.) resultaria em:

- Dificuldade de responsabilização por falhas na execução;
- Riscos de incompatibilidade entre os componentes decorativos;
- Necessidade de estrutura interna da prefeitura para gerir múltiplos contratos e fiscalizações simultâneas;
- **Maior custo final** e perda de eficiência logística.



Prefeitura Municipal de Aratuípe

Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia

CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

	<p>Análise de Possibilidade de Agrupamento</p> <p>Os itens contratados apresentam características semelhantes, são usualmente fornecidos por um único prestador de serviços especializados em decoração temática e sua execução isolada comprometeria o resultado global da solução. Assim, o agrupamento dos serviços e materiais em um único lote é justificado pela:</p> <ul style="list-style-type: none">• Unidade do objeto (decoração junina);• Especialização do mercado fornecedor, que atua com solução completa (turn-key);• Risco de perda de padronização e estética se executado por empresas diferentes;• Impossibilidade de execução parcial sem comprometer a finalidade pública da contratação. <p>Diante do exposto, conclui-se que o objeto da contratação é tecnicamente indivisível, e que o seu parcelamento comprometeria a eficiência, a segurança, o resultado final e o interesse público envolvido, além de contrariar a prática de mercado. A contratação em lote único é, portanto, a alternativa mais vantajosa e operacionalmente segura para a administração.</p>
IX	<p>DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:</p> <p>A presente contratação visa à prestação de serviços especializados em locação, instalação, manutenção e retirada de decoração junina nos principais núcleos urbanos e rurais do município de Aratuípe, durante o período festivo de 30 dias, resultando em benefícios diretos e indiretos sob diversos aspectos da gestão pública.</p> <p>Resultados Pretendidos – Economicidade e Eficiência Administrativa</p> <ul style="list-style-type: none">• Redução de custos operacionais, por meio da contratação de solução integrada, evitando gastos adicionais com aquisição de materiais permanentes, manutenção de estoques, transporte e mão de obra interna;• Evita duplicidade de esforços e retrabalho, centralizando todas as etapas do serviço (fornecimento, montagem, manutenção e desmontagem) sob a responsabilidade de um único prestador;• Melhoria da gestão pública, com menor demanda por acompanhamento, fiscalização simultânea ou fragmentada de contratos distintos;• Aproveitamento racional dos recursos financeiros, ao contratar apenas o necessário para o período específico da festividade, sem gerar acúmulo de bens ou encargos contínuos;• Maior competitividade no certame, uma vez que o modelo de locação com solução completa é amplamente praticado pelo mercado, favorecendo a ampla participação de fornecedores. <p>Otimização de Recursos Humanos e Materiais</p> <ul style="list-style-type: none">• A contratação permite à equipe da prefeitura concentrar-se na organização e planejamento das atividades culturais e logísticas, sem necessidade de deslocar servidores para tarefas de montagem, manutenção ou retirada;• Elimina a necessidade de aquisição de materiais e posterior armazenamento, transporte e manutenção, otimizando os recursos materiais disponíveis e o espaço físico público;• A empresa contratada assumirá integralmente as obrigações com a segurança e integridade da decoração, liberando a equipe técnica municipal para fiscalizar e planejar outros eventos do calendário cultural. <p>Impactos Ambientais Positivos</p> <ul style="list-style-type: none">• O modelo de locação contribui com a sustentabilidade, evitando a produção e descarte de materiais após o evento;• Exigência contratual de descarte ambientalmente adequado e uso preferencial de materiais recicláveis ou reutilizáveis, como parte do compromisso ambiental da administração pública;



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

	<ul style="list-style-type: none">• Redução de acúmulo de bens ociosos e consequente consumo desnecessário de recursos naturais. <p>Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados à Sociedade</p> <ul style="list-style-type: none">• A contratação visa valorizar a cultura local e proporcionar um ambiente seguro e esteticamente atrativo para a população e os visitantes;• Espera-se o fortalecimento do turismo regional e do comércio informal, com reflexos positivos sobre a economia local e o sentimento de pertencimento da população;• A padronização da decoração e a eficiência na execução contribuem para a excelência dos eventos públicos, refletindo diretamente na imagem institucional da gestão e no bem-estar da coletividade.
X	<p>PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:</p> <p>Para garantir a adequada execução contratual e assegurar o cumprimento das obrigações previstas, a Administração Municipal adotará, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências:</p> <p>Designação e Capacitação da Equipe de Fiscalização e Gestão Contratual</p> <ul style="list-style-type: none">• Será emitida Portaria de Designação de Fiscal e Gestor Contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com nomeação formal de servidores responsáveis pela fiscalização técnica e administrativa do contrato;• A equipe designada passará por capacitação interna e orientação específica sobre o objeto contratual, com foco nos seguintes aspectos:• Execução contratual conforme cronograma e escopo aprovado;• Verificação da qualidade dos materiais e da montagem;<ul style="list-style-type: none">○ Cumprimento das normas de segurança e estética;○ Atendimento às obrigações de manutenção corretiva e retirada. <p>Essa capacitação será conduzida pela unidade administrativa responsável (ex: Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria de Administração ou Planejamento), com apoio da Procuradoria ou do setor de contratos, se necessário.</p> <p>Mapeamento e Adequação dos Espaços Públicos</p> <ul style="list-style-type: none">• Serão realizadas vistorias técnicas prévias nos locais de instalação da decoração (praças, ruas principais e entradas das localidades da sede, Maragogipinho e Sapé), para:• Verificar espaço físico disponível e suas condições (iluminação pública, obstáculos, acesso de veículos);• Levantar necessidades específicas de infraestrutura, como pontos de ancoragem, suporte para iluminação ou ajustes no paisagismo urbano;• Avaliar possíveis riscos elétricos, estruturais ou logísticos. <p>Obs.: Como o objeto não se refere à instalação de equipamentos permanentes, não há necessidade de adequações estruturais complexas (como rede elétrica dedicada, voltagem específica ou rede lógica). Contudo, haverá acompanhamento para garantir que os elementos decorativos não interfiram com a iluminação pública existente nem comprometam a segurança dos transeuntes.</p> <p>Definição do Cronograma Operacional</p> <ul style="list-style-type: none">• A administração, em conjunto com a empresa vencedora, deverá aprovar um cronograma detalhado de instalação, execução, manutenção e retirada, com datas específicas e horários permitidos para operação (preferencialmente fora dos horários de maior fluxo de pessoas);• As instalações devem ocorrer em horários autorizados pela prefeitura, garantindo a não obstrução do trânsito local e a segurança dos pedestres;• A empresa contratada deverá solicitar autorização prévia para uso de vias públicas ou praças, conforme regulamentação local. <p>Comunicação e Apoio Logístico</p>



Prefeitura Municipal de Aratuípe

Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia

CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

	<ul style="list-style-type: none">Serão comunicadas às secretarias municipais envolvidas (Cultura, Obras, Serviços Públicos, Guarda Municipal, etc.) as datas de início e encerramento das atividades de instalação;Haverá apoio logístico da equipe municipal, caso necessário, para isolamento de áreas durante a instalação e retirada dos itens.
XI	<p>CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:</p> <p>A presente contratação, que tem como objeto a locação, instalação, manutenção e retirada de decoração junina, poderá estar vinculada a outras contratações correlatas ou interdependentes, necessárias para a realização integral das festividades juninas no município de Aratuípe. Essas contratações são planejadas de forma coordenada, porém autônomas em termos de escopo e execução contratual.</p> <p>Contratações Correlatas Planejadas</p> <p>As contratações correlatas que podem ocorrer de forma paralela, mas com objetos distintos, incluem:</p> <ul style="list-style-type: none">Contratação de estrutura para eventos (palcos, toldos, banheiros químicos e gradis);Prestação de serviços de sonorização, iluminação cênica e audiovisual;Serviços de segurança privada e apoio operacional aos eventos públicos;Fornecimento de serviços de limpeza urbana e recolhimento de resíduos sólidos durante e após os festejos;Contratação de atrações culturais e artísticas, incluindo trios, bandas e quadrilhas juninas. <p>Grau de Interdependência</p> <p>Embora cada contratação possa ser executada de forma independente, elas se complementam no contexto do planejamento do evento junino como um todo, sendo a decoração temática uma das bases visuais e simbólicas do ambiente festivo. A não realização da decoração comprometeria:</p> <ul style="list-style-type: none">A coerência estética e temática do evento;A atratividade visual para o público e turistas;O impacto cultural e a valorização das tradições locais. <p>No entanto, a contratação aqui descrita não depende tecnicamente de outra para sua execução direta, tampouco compromete, isoladamente, a realização das demais.</p>
XII	<p>DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL:</p> <p>A presente contratação, que tem por objeto a locação, instalação, manutenção e retirada de decoração junina, envolve o uso temporário de materiais e estruturas em espaços públicos, com potencial impacto ambiental principalmente relacionado à geração de resíduos, uso de energia elétrica e descarte de materiais ao final do evento.</p> <p>Possíveis impactos ambientais</p> <ul style="list-style-type: none">Geração de resíduos sólidos, como sobras de materiais decorativos, embalagens plásticas, componentes danificados ou deteriorados;Consumo de energia elétrica, devido à instalação de iluminação temática (cordões de luz, refletores decorativos, etc.);Risco de descarte incorreto de materiais ao final do contrato, principalmente itens de difícil reutilização (plásticos, estruturas cenográficas compostas);Possível impacto na vegetação urbana, caso não haja cuidado com a instalação em praças, jardins e árvores;Ruído e movimentação de veículos, durante a montagem e desmontagem, com potencial impacto pontual no tráfego e na qualidade de vida local.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

	<p>Medidas mitigadoras e de sustentabilidade adotadas</p> <ul style="list-style-type: none">• Exigência de materiais reutilizáveis ou recicláveis sempre que possível (ex: bandeiras de tecido, cordões led de baixo consumo e longa vida útil);• Uso obrigatório de iluminação com tecnologia led, que consome até 80% menos energia em comparação a lâmpadas convencionais;• Apresentação de plano de descarte e destinação final, com compromisso da contratada de dar destinação ambientalmente correta aos resíduos, preferencialmente com reaproveitamento ou logística reversa;• Vedação ao uso de materiais poluentes ou não recicláveis que gerem impactos ambientais prolongados (como isopor, plásticos de difícil decomposição, etc.);• Responsabilidade da empresa contratada pela retirada total dos resíduos gerados e pela limpeza dos locais utilizados, sem ônus para a administração pública;• Instalação supervisionada para evitar danos à vegetação urbana, com orientação para que nenhum elemento decorativo seja afixado de maneira permanente em árvores ou estruturas públicas sensíveis. <p>Requisitos sustentáveis no processo de contratação</p> <ul style="list-style-type: none">• Inserção de critérios de sustentabilidade no termo de referência e no edital, como:<ul style="list-style-type: none">○ Utilização de materiais recicláveis ou reutilizáveis;○ Redução do consumo de energia;○ Apresentação de plano de destinação final e logística reversa;○ Proibição de materiais com alto impacto ambiental.
XIII	<p>POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:</p> <p>Após a realização de reunião técnica com a equipe designada para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, e considerando todos os aspectos analisados — técnicos, econômicos, operacionais, ambientais e legais — conclui-se que a presente contratação é plenamente viável, necessária e adequada para o atendimento da demanda proposta.</p> <p>A solução de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação, instalação, manutenção e retirada de decoração junina, com fornecimento de materiais, transporte e suporte técnico durante o período contratual de trinta dias, atende de forma eficaz ao interesse público, especialmente no que tange à valorização da cultura local, estímulo ao turismo, promoção da identidade regional e fomento à economia criativa durante o período das festividades juninas.</p> <p>A contratação encontra-se dentro da previsão orçamentária da Secretaria Requisitante, com recursos devidamente alocados e planejamento financeiro compatível com os custos estimados. Ademais, a solução adotada revela-se como a melhor alternativa técnica, socioeconômica e ambiental, promovendo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Eficiência administrativa e otimização dos recursos públicos;• Redução de impactos ambientais, com exigências de sustentabilidade e descarte responsável;• Atendimento às normas de segurança, estética e acessibilidade para uso em espaços públicos;• Viabilidade jurídica e orçamentária conforme a Lei nº 14.133/2021. <p>Dessa forma, este estudo conclui pela adoção da contratação em lote único, conforme os parâmetros descritos neste Estudo Técnico Preliminar, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório para atender à necessidade institucional da administração pública municipal.</p>
XIV	<p>JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP</p> <p>A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando</p>



Prefeitura Municipal de Aratuípe

Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia

CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

auferir melhores preços por meio de economia de escala. Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que o art. 86 da Lei Federal 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal 050 de 24 de novembro de 2022, abrandou tal exigência, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal: “Art. 86 (...) §1º O procedimento previsto no **caput** deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante(...)”. Assim, vislumbra-se que, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelo órgão ou entidade gerenciadora, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada. No caso deste Município, optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros municípios, levando esta instituição à qualidade de órgão gerenciador

Aratuípe, Bahia, 24 de abril de 2026.

Luiz Alberto Goes de Jesus
Secretário Municipal Gestão e Ordem Pública

Elzevir Barros Soares Neto
Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Turismo.

Alesandro Amaral Santos
Diretor de Departamento de Gestão e Administração

Rodrigo dos Santos Pereira
Fiscal de Contratos Administrativos
Secretaria Municipal Gestão e Ordem Pública



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº

Aos dias do mês de do ano de, presente de um lado o MUNICÍPIO DE ARATUÍPE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.796.073/0001-83, sediado à Rua Dr. João Martins, 01, Centro, Aratuípe, Bahia, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Antonio Marcos Araújo de Souza, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e do outro a empresa, representada pelo Senhor (a).....Titular/por procuração, com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o número, simplesmente denominada de **FORNECEDOR**, firmam a presente ATA DE REGISTROS DE PREÇOS destinada à futura e eventual **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de decoração junina, compreendendo instalação, manutenção corretiva e desmontagem, durante o período de realização dos festejos juninos no Município de Aratuípe**, mediante a necessidade da MUNICÍPIO, conforme decisão exarada no Processo Administrativo nº 143/2026, de acordo com a classificação alcançada pelo FORNECEDOR nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico de nº 011/2026, pelo Sistema de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Municipais nºs 050/2022, 115/2023 e 122/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de decoração junina, compreendendo instalação, manutenção corretiva e desmontagem, durante o período de realização dos festejos juninos no Município de Aratuípe, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de referência (TR) anexo ao edital do Pregão Eletrônico de nº 011/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE ÚNICO

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Un	Valor total
01					
02					
03					
04					
(...)					



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Município de Aratuípe.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta contratação.
- 4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP (se já for aderido pelo Município) ou no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva (se houver), na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no aviso de contratação direta e seus respectivos anexos.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao Edital do Pregão Eletrônico de nº 011/2026.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Aratuípe, Bahia, xxx de xxxxxx de 2026.

MUNICÍPIO DE ARATUIPE

FORNECEDOR



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2026

O MUNICÍPIO DE ARATUÍPE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 13.796.073/0001-83 com sede na Rua Dr. João Martins, nº 01, Município de Aratuípe, Bahia, CEP-44.490-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Antonio Marcos Araújo de Souza, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede situada na _____, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, conforme decisão exarada no Processo Administrativo nº 143/2026, atendendo as condições previstas no Edital da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico de nº 011/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Municipais nºs 050/2022, 115/2023 e 122/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de decoração junina, compreendendo instalação, manutenção corretiva e desmontagem, durante o período de realização dos festejos juninos no Município de Aratuípe**, conforme especificado no Termo de Referência acostado ao Processo Administrativo nº 143/2026 que embasou o Processo da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico de nº 011/2026 e mediante condições estabelecidas na Lei Federal nº. 14.133/2021.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 011/2026;
- 1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

II - CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2. As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos das Dotações Orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão / Unidade:	02.08.000
Atividade	27.812.015.2016
Elemento da Despesa:	3.3.9.0.30.00.0000 - 3.3.9.0.39.00.0000
Fonte:	1500 - 1700

III - CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3. O valor da contratação é de R\$ (.....).

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

3.2. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária nominal à CONTRATADA ou crédito em conta corrente, em até 15 (quinze) dias corridos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e devidamente atestada a execução dos serviços contratados.

3.3. Quando houver erro de qualquer natureza, na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será imediatamente devolvido para substituição e/ou emissão de Nota de Correção, ficando estabelecido que esse intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.

3.4. As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a prestação do serviço, no mês anterior à realização dos serviços.

IV – CLÁUSULA QUARTA –REAJUSTE

4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

V – CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1.O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da data de sua assinatura, na forma dos artigos 105 da Lei nº 14.133/2021.

VI - CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. A CONTRATADA OBRIGA-SE A:

a) executar os serviços de acordo com as descrições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta, contados a partir da data da assinatura do presente Instrumento;

b) responsabilizar-se por atos praticados por seus funcionários ou colaboradores associados, em serviço, quer em relação ao **CONTRATANTE**, como também a terceiros, arcando com toda e qualquer indenização proveniente de danos decorrentes de ação ou omissão dos mesmos, inclusive perante terceiros, autorizando que seja processado o desconto do valor dos danos de seus créditos;

c) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação por dispensa de licitação;

d) responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços, objeto deste contrato, garantindo portanto, um serviço de qualidade;

e) credenciar, junto ao CONTRATANTE, preposto para representá-la sempre que for necessário, prestando os esclarecimentos e atendendo às reclamações que por ventura surgirem durante a execução do contrato;

f) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isso ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;

6.1. À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:

I - todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

II - todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

III - encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

6.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

6.3. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

I - a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;

II - a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

III - a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

VII - CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7. Cabe ao CONTRATANTE:

I - prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

II - notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

III - designar servidores do CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art.117 da Lei nº 14.133/2021;

VIII - CLÁUSULA OITAVA- DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

8. O Regime de Execução será o de **Empreitada por Preço Unitário**.

8.1. A fiscalização da execução do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, devidamente credenciado por autoridade competente da mesma, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do serviço e exercer em toda a sua plenitude a ação fiscalizadora de que trata a Lei Federal nº. 14.133/2021. A CONTRATANTE deverá ser informada de quaisquer irregularidades porventura levantadas pelo seu representante na execução do contrato, sendo a CONTRATANTE responsável por quaisquer danos que possam advir da inexecução ou má execução, total ou parcial, que não tenham sido informados.

8.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e, na ocorrência desse, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

8.3. A CONTRATANTE reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto licitado, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da CONTRATADA.

IX - CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

9.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa**:
 - (1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;
 - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
 - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
 - (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.
 - (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 9.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
 - (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

9.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

9.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do [art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do [art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº](#)



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

[12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

X- CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

10.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

10.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

10.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.3.3. Indenizações e multas.

10.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

XI - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

11. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.1. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 11.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

XII - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

12. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

XIII – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA GARANTIA DO CONTRATO

13. Não será exigida garantia para a execução deste contrato.

XIV - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Nazaré, Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo firmadas, depois de lido e achado conforme.

Aratuípe, Bahia, _____ de _____ de 2026.

Antonio Marcos Araújo de Souza
MUNICÍPIO DE ARATUÍPE
CONTRATANTE

Nome do Representante legal
XXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas:

1º _____ 2º _____



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado da licitante)

À Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Aratuípe, Estado da Bahia
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 011/2026

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infrafirmado:

- 1) Declara, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva, ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declara, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 3) Declara, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato.
- 4) Declara para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.
- 5) Declara de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
- 6) Declara que a(s) sua(s) proposta(s) econômica(s) compreende(m) a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7) Declara, para os devidos fins, que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concorda que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:
Telefone: (xx)



Prefeitura Municipal de Aratuípe

Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia

CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone, compromete-se em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeia e constitui o senhor (a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Contrato, referente ao Pregão Eletrônico n.º 011/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., de 2026.

Local e Data Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



Prefeitura Municipal de Aratuípe
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia
CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

ANEXO V

MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2026 de acordo com especificações constantes no edital e anexos, conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	V. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	BALÕES JUNINOS TAMANHOS DIVERSOS COM SUPORTE PARA LUMINÁRIA.	UNID	70		
02	CAVALO MECANICO LS. CARRETA COM 10M DE COMPRIMENTO, 2.20M DE LARGURA E 3.60M DE ALTURA E COM 2 EIXOS. COBERTURA DE LONA ANTICHAMAS, 8 CAIXAS LINE, 12X15X1 TITANIUM CADA CAIXA, AMPLIFICADOR COM 4 CANAIS MESA DE 12 CANAIS, 2 MONITORES COM 8 CANAIS DE FONE ATIVO, 6 MOVIES 6R BIM 16 PARLET 1 GERADOR DE 80 KVA, 10 PEDESTAIS 12 MICROFONES COM FIO, 2 MICROFONES SEM FIO TESTEIRA DE ACM COM DECORAÇÃO JUNINA. APRESENTAÇÕES DE FORRÓ NA CIDADE	DIÁRIA	01		
03	CHAPÉU DE PALHA. TAMANHOS M E G, PARA ORNAMENTAÇÃO.	UNID	100		
04	CONFECÇÃO DE PORTAL EM MADEIRA, PARA ORNAMENTAÇÃO DAS ENTRADAS AOS ESPAÇOS ONDE ACONTECERÃO OS EVENTOS JUNINOS. (TAMANHO 8MX4M).	SERV.	02		
05	ESTEIRA DE PALHA TABOA. TAM. 1,55M X 0,90M	UNID	50		
06	FAIXA EM LONA 1X4 PARA ENTRADA DO CIRCUITO.	UNID	01		
07	FARDO DE FENO QUADRADO DE 13 A 15KG.	UNID	50		



Prefeitura Municipal de Aratuípe

Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia

CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

08	FLORES TEMÁTICAS EM MATERIAL EMBORRACHADO PARA ORNAMENTAÇÃO.	UNID	200		
09	FOGUEIRA DE MADEIRA TAMANHO. TAMANHO 02 METROS PARA ORNAMENTAÇÃO, COM FOGO ARTIFICIAL FEITO COM ILUMINAÇÃO E PAPEL CELOFANE.	UNID	04		
10	Igrejas temáticas com os temas Santo Antônio, São João e São Pedro	UNID	03		
11	INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM VILA JUNINA CENOGRÁFICA COM CASAS COM PORTAS E JANELAS PARA ABERTURA, MEDINDO 3,00 METROS COMPRIMENTO X 2,50 METROS ALTURA, CONFECCIONADO EM COMPENSADO NAVAL COM ESTRUTURA DE MADEIRA, PINTURA COM TINTA ACRÍLICA.	UNID	20		
12	INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE BANDEIROLAS TIPO VARAL RETO EM 6 METROS DE BANDEIROLAS, MATERIAL PLÁSTICO VINIL, MEDINDO 32 CM X 24 CM, COLORIDAS, COSTURADAS EM FITILHO DE POLIÉSTER RESISTENTE, ESPAÇAMENTO DE 15CM, TENCIONADAS POR CABOS DE AÇO NO MÍNIMO 3/32 DE ESPESSURA, ENCAPADO, ACOPLADOS EM EUCALIPTOS, MEDINDO 6,00 METROS A 7,00 METROS DE ALTURA X 10 A 12 MM DE DIÂMETRO, CHUMBADO 1,00 M DE PROFUNDIDADE, REVESTIDO COM CHITÃO, LOCAIS DEFINIDOS PELA SECRETARIA DE CULTURA.	M²	9.000		
13	PAINEL FOTOGRÁFICO ADULTO E INFANTIL 2,50MX1,80M 1,50MX1,50M (MÓVEL)	UNID	10		
14	PALETES EM MADEIRA, MEDINDO 1,20MX1,10M	UNID	50		
15	PEÇAS DECORATIVAS TEMÁTICAS JUNINAS. BONECOS DECORADOS EM TECIDO COM ESTAMPAS VARIADAS, CHAPÉU DE PALHA E ADEREÇOS JUNINOS. TAMANHO 04 METROS.	UNID	15		



Prefeitura Municipal de Aratuípe

Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe – Bahia

CNPJ Nº. 13.796.073/0001-83

16	PENEIRAS ENFEITADAS TIPOS BONECAS. TAMANHOS P, M E G.	UNID	50		
17	SACO DE LINHAGEM PARA ORNAMENTAÇÃO.	UNID	30		
18	TECIDO CHITA CHITÃO ALGODÃO, 1,40M COM ESTAMPAS EM CARACTERÍSTICAS JUNINAS.	METRO	300		
TOTAL					

OBSERVAÇÕES:

- 1) Informar valores unitários e totais/ percentual de desconto ofertado;
- 2) Informar especificação do produto/serviço;

Com a apresentação da presente proposta:

A proponente obriga-se a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame;

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

.....
Local e Data Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)